

CATIVEIRO POLÍTICO

Parece unanimidade entre analistas e vozes públicas que o mundo está mudando sua configuração geopolítica, a ordem mundial e as prioridades diplomáticas.

Diante desse sentimento, Lula tentou emplacar um discurso de soberania nacional, em uma tentativa de mostrar que está à altura dos novos tempos em que já se redesenham as relações internacionais.

Em ambos os espectros políticos, reconhece-se que é preciso reposicionar o Brasil na arena internacional, alterar profundamente seus mecanismos políticos e econômicos para lidar com a estagnação da economia interna e com o baixíssimo poder de barganha na política externa.

A existência desse processo de estagnação é consensual – a grande maioria dos analistas tem um diagnóstico ou uma crítica nesse sentido. As divergências aparecem quando se menciona como resolver essa estagnação ou quais são suas causas mais profundas. A verdade é que esse declínio do poder econômico nacional, que já tem mais de quatro décadas, não se explica por corrupção isolada nem pela incompetência de uma gestão. Existem falhas sistêmicas, mais profundas e enraizadas no Estado brasileiro: a consolidação de uma economia de privilégios, que criou um ambiente inóspito e hostil para a produção e a negociação de serviços de quem não é amigo do rei.

Em 1980, o país ostentava produção industrial superior à da China e à da Coreia do Sul somadas, e essa pujança vinha de uma política industrial coerente com a vocação brasileira. Mesmo com ressalvas, é inegável que o Brasil era um país vivendo um processo de industrialização e desenvolvimento, e que esse processo foi desacelerando. E a capacidade nacional para produzir foi diminuindo.

A partir de 2010, já era visível e inegável o processo de desindustrialização e de perda do poder nacional, o sangramento da economia real/física do país: o Brasil perdeu a base fabril antes de alcançar a riqueza.

Mas, pior que o desenvolvimento industrial e econômico que foi perdido, e mais grave que a perda do poder nacional de produção soberana, é a insistência da elite política e midiática do Brasil em rechaçar uma política industrial coerente e compatível com a vocação brasileira para a produção.

Fala-se incessantemente sobre abertura de mercado, redução de impostos e estímulo ao empreendedorismo — e isso é inegavelmente virtuoso e benéfico para a nação —, mas até que ponto essa fórmula dogmática de acadêmicos liberais pode de fato desenvolver o Brasil?

Não ocorre às elites acadêmicas do establishment econômico que o Brasil precisa retomar o seu poder nacional por meio de uma política industrial? Não serão debatidas fórmulas e políticas para aumentar os níveis de produção e, portanto, aumentar o crescimento econômico do Brasil como um todo?

Não existem fórmulas mágicas, isto é fato. Mas parece que a discussão econômica no Brasil está cativa de um liberalismo de manual, cego para a necessidade de reindustrialização do Brasil.

É preciso reposicionar o Brasil na arena internacional como nação com capacidade de produção e abrir postos de trabalho qualificados e com boa remuneração. Mas isso só será possível após um amplo e qualificado debate sobre a reindustrialização do país.

- **A simulação de protagonismo externo e o discurso retórico de soberania** esbarram na realidade de quatro décadas de estagnação, marcadas pela liquidação prematura da base fabril e pela perda contínua de peso geopolítico.
- **A adesão dogmática das elites intelectuais a um liberalismo abstrato de manual** interdita o debate sobre desenvolvimento econômico e consolida um arranjo hostil à produção que privilegia grupos rentistas.
- **A recuperação da relevância internacional do país e a geração de postos de trabalho qualificados** exigem o rompimento com a economia de compadrio e a reconstrução corajosa da capacidade produtiva soberana.

